



Sindjus

CUT/FENAJUFE

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Ano XV - Nº 15 - Novembro de 2006

Impresso
Especial

1000014810-DR/BSB
Sindjus-DF

/// CORREIOS ///

Radar aponta desigualdades do País
Págs. 20,21

Terra: alerta ambiental
Págs. 16,17

Mobilização pelos PLNs 11/06 e 12/06
Pág. 23



A nova face do Legislativo

VOTAR É AGIR

para escolher o tipo da construção;

COBRAR É REAGIR

para manter os rumos da construção;

LUTAR É INTERAGIR

para fazer com que a construção seja obra de todos...

ORDEM E PROGRESSO

O magnífico testemunho de cidadania do povo brasileiro, nas eleições, comprova a nossa vocação democrática e o quanto estamos organizados para fazer valer direitos, cumprir deveres e exigir coerência e trabalho dos eleitos, em nome dos valores da justiça social e solidariedade.



SINDJUS-DF

SDS Ed. Venâncio V Bl. R
Salas 108 a 114
CEP 70393-900 – Brasília – DF
PABX (61) 3224 - 9392
www.sindjusdf.org.br

Coordenadores gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato (MPDFT)
Roberto Policarpo Fagundes (TRT)
Wilson Batista de Araújo (TRE/DF)

Coordenadores de Administração e Finanças

Berilo José Leão Neto (STJ)
Clede de Oliveira Vieira (TRT)
Jailton Mangueira de Assis (TJDF)

Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas

Eliza de Sousa Santos Ávila (STF)
José Oliveira Silva (TJDF)
Newton José Cunha Brum (TST)

Coordenadores de Formação e Relações Sindicais

Carlos Alberto de Araújo Costa (TJDF)
Eliane do Socorro Alves da Silva (TRF)
Raimundo Nonato da Silva (STM)

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Orlando Noletto Costa (TSE)
Sheila Tinoco Oliveira Fonseca (TJDF)
Valdir Nunes Ferreira (MPF)

Redator responsável

TT Catalão
Reg. Prof. 685-DF

Assistente

Cynthia de Lacerda Borges

Textos

Hylida Cavalcanti
Daniel Campos

Fotos

Júlio Fernandes

Projeto Gráfico

EXTREMA
3033-5255

Tiragem

10.000 exemplares

Sindicato, fator de valorização

Muito se fala em valorizar o servidor público, o trabalhador, o operário... Mas essa meta só pode ser alcançada em sua efetividade se as categorias avançarem em seus processos de união. Daí a importância da organização em torno de um sindicato.

O movimento sindical brasileiro, que surgiu no século XIX, com a transformação econômica que transcendia o trabalho escravo nos cafezais para o trabalho assalariado da indústria, sofreu ataques vindos da classe patronal e dos diversos governos ao longo desses cem anos de história.

E aquele que nos anos oitenta já foi um dos sindicalismos mais combativos, irradiando conquistas sociais por todo o país, se defendeu dos ataques neoliberais da década de noventa, com o governo dos tucanos. Em 2003, Lula chegou à presidência da República, e embora a carga simbólica de um operário no poder seja forte, o movimento sindical continuou, como em governos anteriores, travando lutas contra as terceirizações, a precarização dos vínculos de trabalho, a redução de trabalhadores, a centralização do poder e contra tantos outros mecanismos que atingem o trabalhador.

Tão histórica quanto à luta sindical é a longa campanha desenvolvida pelos patrões, que agem com o apoio de governantes e representantes da mídia, para desvalorizar o papel do sindicato e por, conseqüência, os sindicalizados. Essa campanha, impulsionada pelos malefícios da globalização (como o modelo neoliberal), gera uma imagem negativa que leva o trabalhador a não se assumir enquanto categoria. (Vide os baixos índices de sindicalização em nosso país. A média geral aponta para 18% de trabalhadores sindicalizados).

Essa crise de identidade faz com que se atribua a terceiros as importantes conquistas que foram construídas pelo sindicato. Para muitos trabalhadores, o responsável por uma conquista é o presidente da República, o deputado, o senador, o ministro. Mas e o sindicato? E a mobilização? E a negociação? E a dedicação?

Vejam os casos dos novos PCSs do Judiciário e do Ministério Público do Distrito Federal. Há mais de dois anos, o sindicato constrói essa conquista. Graças à greve realizada em junho de 2004 foi instalada a comissão, cada passo por ele percorrido tem muito da luta dos servidores do Judiciário. Vale lembrar que as administrações dos Tribunais e do MPU só atuaram motivadas por nossa pressão.

A relação é simples: a nossa união é diretamente proporcional à defesa dos nossos direitos. E para fortalecermos essa união, que é a força-motriz de nossas conquistas, precisamos fortalecer o sindicato. E esse papel é de todos. Quando você for procurado por um colega, que ferido por sua identidade de classe, disser, por exemplo, que uma conquista não é sua, rebata. Diga com coragem que os méritos de tal conquista pertencem à categoria, que trabalhou de maneira organizada e coesa para conseguí-la. Afinal, tirar das suas mãos o mérito de uma conquista é negar a você o direito de lutar. E você não quer ter esse direito negado, quer?



José Geraldo de Souza Junior

Professor e ex-diretor da Faculdade de Direito da UnB, coordena o Projeto "O Direito Achado na Rua"

Na rua a construção da cultura de cidadania

Do mesmo modo que na época de Washington Luís, em que a questão social era tratada como questão de polícia, os espaços da cidade ocupados pela população pobre, continuam sendo, hoje, considerados interditos à livre circulação dos subalternos, destituídos dos direitos modernos e da cidadania republicana.

Quando prefeito de São Paulo o ex-Presidente da República justificava a criação de parques na cidade (Várzea do Carmo, 1916), pela necessidade de higienização moral da cidade, livrando-a da "vasta super-

fície chagosa, escavada, feia e suja", formada pelos "restos inomináveis de vencidos de todas as nacionalidades em todas as idades, todos perigosos".

Desde então, as políticas de restauração ou de revitalização dos centros urbanos são, em boa medida prisioneiras da tentação administrativa de livrar a cidade das populações de rua, segundo essa lógica, dificultando o seu acesso aos espaços de uso – viadutos, praças, marquises – com a edificação de obstáculos arquitetônicos e com repressão direta.

É certo que o protagonismo social age por preservar o direito republicano, mesmo na pobreza, do uso da cidade, como expressão de cidadania. Não só as populações de rua se organizam para defender seu modo de vida e suas formas de apropriação e de uso da cidade, como se constituem alianças, entre elas e as organizações da sociedade civil, para garantir esse direito.

Dessa aliança surgem proposições para novas abordagens do problema, firmes na convicção da necessidade de diálogo confiante entre os moradores e trabalhadores de rua, convencidos de que seu modo de vida tem que ser considerado no processo de inclusão social.

Essas abordagens rejeitam, portanto, as estratégias de recolhimento, ou seja, de retirada compulsória dos moradores

de rua, não só pela violência que ela carrega, pela falta de complemento social em termos de programas públicos (saúde, atendimento a usuários de drogas, abrigos, atenção à família), mas pela absoluta ausência de perspectiva emancipatória que abra tais abordagens a uma cultura de cidadania e de direitos.

Tenho trabalhado, no campo jurídico, desde o início dos anos 1980, com uma concepção denominada "O Direito Achado na Rua", expressão criada por Roberto Lyra Filho, e que designa uma linha de pesquisa e um curso organizado na Universidade de Brasília, para capacitar assessorias jurídicas de movimentos sociais que possam reconhecer na atuação jurídica dos novos sujeitos coletivos e das experiências por eles desenvolvidas de criação de direito, e assim, 1) determinar o espaço político no qual se desenvolvem as práticas sociais que enunciam direitos ainda que contra legem; 2) definir a natureza jurídica do sujeito coletivo capaz de elaborar um projeto político de transformação social e elaborar a sua representação teórica como sujeito coletivo de direito; 3) enquadrar os dados derivados destas práticas sociais criadoras de direitos e estabelecer novas categorias jurídicas.

A rua aí, é evidentemente, uma metáfora do espaço público, do lugar do acontecimento,

do protesto, da formação de novas sociabilidades e do estabelecimento de reconhecimentos recíprocos na ação autônoma da cidadania (autônomos: que se dão a si mesmos o direito). É, como diz Marshall Berman (Tudo que é sólido desmancha no ar, Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1987), o espaço de vivência que, ao ser reivindicado para a vida humana "transforma a multidão de solitários urbanos em povo".

Deste lugar simbólico, a partir da literatura, como em Castro Alves ("O Povo ao Poder"): "A praça! A praça é do povo/ Como o céu do condor/ É o antro onde a liberdade/ Cria águias em seu calor./ Senhor! . pois quereis a praça?/ Desgraçada a população/ Só tem a rua de seu ... /"; ou em Cassiano Ricardo ("Sala de Espera"): " ... Mas eu prefiro é a rua./ A rua em seu sentido usual de 'lá fora'./ Em seu oceano que é ter bocas e pés para exigir e para caminhar/ A rua onde todos se reúnem num só ninguém coletivo./ Rua do homem como deve ser/ transeunte, republicano, universal./ onde cada um de nós é um pouco mais dos outros/ do que de si mesmo./ Rua da reivindicação social, onde mora/ o Acontecimento ..."; abre-se a consciência para uma cultura de cidadania e de participação democrática, de onde emerge, transformador, "o direito achado na rua".

É certo que o protagonismo social age por preservar o direito republicano, mesmo na pobreza, do uso da cidade, como expressão de cidadania.

CÂMARA RENOVADA?

Novos nomes saem das urnas, mas o povo quer novas posturas

Daniel Campos

Quem será o candidato a isso, a aquilo, a aquilo outro? Quem vai coligar com quem? Quem vai ser mais votado em tal região? Quem tem chance? Quais são as propostas de cada um? Vai votar em quem? Em síntese, muito se falou sobre as eleições ao longo desse ano de 2006. Os votos foram computados, mas ainda se fala muito no tema. Entre as novas perguntas: qual o perfil da nova Câmara? Para respondê-la, o Diap traçou um raio-x dos 513 deputados eleitos. Vale a pena conferir o novo legislativo.

80,5% dos deputados têm curso superior completo
493 deputados têm idade superior a 31 anos.

Dos 244 deputados eleitos que não fazem parte da atual legislatura, pelo menos 200 já exerceram algum mandato ou cargo público em algumas das três esferas de governo (federal, estadual ou municipal) ou em algum dos poderes Legislativo e Executivo.

Os novos, de fato, que nunca exerceram qualquer função pública, estão restritos a três categorias: comunicadores (apresentadores de TV, radialistas, artistas e cantores), bispos e pastores evangélicos e parentes de políticos tradicionais.

Os profissionais liberais lideram a formação da nova Câmara. São 87 advogados, 54 médicos, 47 engenheiros, 20 economistas, 15 administradores, dez jornalistas, seis contadores, quatro sociólogos, três arquitetos, três farmacêuticos, três médicos-veterinários, dois cirurgiões-dentistas, duas assistentes sociais, dois historiadores, uma fisioterapeuta, um psicólogo, um enfermeiro, um biomédico, um geógrafo, um geólogo e um representante comercial.

Em seguida, vem os empresários. São 121 no total. Entre os urbanos, são 83 empresários, 11 comerciantes e três industriais. Entre os rurais, nove empresários, oito pecuaristas, seis agropecuaristas e um cacauicultor.

O terceiro grupo em números é constituído por assalariados, incluindo os trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público. Juntos totalizam 87 deputados. São 32 professores, 22 servidores públicos, nove radialistas, cinco bancários, três delegados, três policiais, dois técnicos em edificações, dois promotores de justiça, um comerciante, um procurador de Justiça, um procurador de estado, um gerente, um técnico em contabilidade, um inspetor de polícia, um analista financeiro, um técnico agropecuário e um defensor público.

Segundo análise do Diap, a conformação ideológica da nova Câmara, a julgar pela formação e fonte de renda, tende a ser menos social-democrata e mais liberal, o que pode aumentar a pressão por reformas liberalizantes. A redução da bancada de trabalhadores e o aumento das bancadas de empresários e profissionais liberais abrem espaço para novas tentativas de propostas em bases neoliberais, como a flexibilização da legislação trabalhista.

Depois de um perfil sócio-econômico dos eleitos, vamos nos aprofundar nas forças políticas. Quem ganhou? Quem perdeu? Os

deputados nem tomaram posse e já está traçado um prognóstico de quem deve apoiar quem.

Primeiramente, é preciso quebrar esse mito que está se criando em torno da renovação da Câmara (em torno de 50%). Embora muito vem sendo dito sobre renovação, a Câmara não sofreu grande mudança do ponto de vista partidário em relação às bancadas atuais.

Os partidos que mais perderam, levando em conta as bancadas atuais, foram os três com maior número de parlamentares envolvidos nos escândalos do mensalão e das sanguessugas: PTB, PL e PP. O PTB, de Roberto Jefferson, perdeu 21 cadeiras, passando de 43 para 22 deputados; o PL encolheu em 14 vagas, caindo de 37 para 23 deputados; e o PP, nove, caindo de 50 para 41.

Quem mais ganhou, ainda segundo a composição atual, foram o PMDB, que ampliou sua bancada em dez deputados, passando de 79 para 89; o PSDB, que cresceu de 57 para 66 deputados; o PPS, que pulou de 15 para 22 deputados; e o PV, que aumentou sua bancada de sete para 13 parlamentares.

Em comparação com os resultados das urnas de 2002, houve um pequeno crescimento da esquerda e centro-esquerda (PT, PSB, PDT, PPS, PCdoB, PV e Psol), com o ganho de 19 cadeiras, passando de 166 para 185. O centro, formado pelo PMDB, PSDB e PMN caiu de 160 para 157. A centro-direita (PFL, PL, PTB, PSC, PTC, PHS, PAN e PRB) encolheu 11 cadeiras, ficando com 126 deputados e a direita (PP, Prona, PTdoB) caiu de 59 para 44 deputados.

As forças de correlação em relação ao governo Lula, tendo como parâmetro a eleição de 2002, oscilou de 318 para 298, considerando que um eventual segundo governo Lula mantenha vagas na base PT, PMDB, PSB, PP, PL, PTB e PCdoB. Na oposição de centro-esquerda

Apesar da atividade legislativa, os corredores da Câmara estão vazios



(PPS, PV, PDT e Psol), houve crescimento, passando o número de vagas de 41 para 62. Mas, A oposição de centro e centro-direita (PSDB, PMDB e PFL se destacando), Teve redução de 161 para 133 destas vagas, além de ter ficado concentrada regionalmente, respectivamente em São Paulo e na Bahia.

O tabuleiro está formado. O jogo político começa em 2007.

E O DF NA CÂMARA FEDERAL?

As eleições refletiram o desejo dos eleitores do Distrito Federal em renovar. Na Câmara dos Deputados, 75% dos eleitos são novos deputados. Dos que conseguiram as oito vagas reservadas para o DF, dois foram reeleitos, outros dois estréiam na política, três retornam e um conseguiu uma vaga na Câmara pela primeira vez. Confira a nova bancada:

Tadeu Filippelli___ (PMDB)	129.771 votos (9,85% dos votos válidos)
Alberto Fraga (PFL)_____	95.514 votos (7,25%)
Magela (PT)_____	87.649 votos (6,66%)
Augusto Carvalho (PPS)_____	79.235 votos (6,02%)
Jofran Frejat (PTB)_____	69.450 votos (5,27%)
Bispo Rodovalho (PFL)_____	68.378 votos (5,19%)
Laerte Bessa (PMDB)_____	61.850 votos (4,70%)
Rodrigo Rollemberg (PSB)_____	55.917 votos (4,25%)

Com esse quadro, os três principais grupos políticos do DF conseguiram representação. O primeiro, com dois deputados, um do PT e outro do PSB. O segundo, com três eleitos, dois do PMDB e um do PTB.

E o terceiro grupo, também com três deputados, sendo dois do PFL e um do PPS. O fato é que os dois últimos grupos, que somam seis deputados, historicamente, sempre andaram juntos. Á primeira vista, a bancada do DF na Câmara dos Deputados está mais conservadora do que nunca. Resta esperar os resultados dessa “nova composição”.

E NA CÂMARA LEGISLATIVA?

A Câmara Legislativa também foi renovada em 59% dos seus representantes. Dos 18 deputados que tentaram a reeleição, apenas 11 conseguiram se eleger. Na nova formação da Câmara Legislativa estão três partidos que nunca tiveram representação local: PMN, PSL e o PRP. Cada um elegeu um deputado, graças à força das coligações que fizeram. O PMN e o PSL com o PFL de Arruda. Já o PRP, com o PSDB de Maria de Lourdes Abadia.

No total, 14 partidos terão representação no legislativo, a partir do ano que vem. Um crescimento considerável, levando-se em conta que atualmente oito legendas têm cadeiras na Câmara. PMDB e PT perderam cadeiras - três e quatro respectivamente. O PFL ficou na mesma. Já PTB, PSDB, PDT, PL, PP, PPS, Prona, PSB, PMN, PSL e PRP conseguiram assegurar ou conquistar uma vaga.

Embora o deputado mais votado tenha sido de um partido de oposição (Paulo Tadeu – PT – com mais de 28 mil votos), a atual composição da Câmara indica que o governador eleito do DF, José Roberto Arruda (PFL), não deve ter dificuldades para governar. Mas o grande desafio desses deputados não é em relação ao governo do DF, e sim em relação à Câmara Legislativa. Cabe a eles, a tarefa de criar uma imagem positiva da instituição junto aos eleitores.

Congresso aguarda renovação, com a posse dos novos parlamentares em 2007



Conforme o coordenador da pesquisa, do total das pessoas ouvidas, 900 apresentaram fadiga visual causada pela sobrecarga de atividades em frente ao monitor, mas nenhum tipo de doença ligada à visão. O trabalho também constatou outro dado importante: o de que, além de incômodo, o problema pode causar queda de até 20% da produtividade das pessoas.

Cuidado com a CVS

Síndrome já atinge sete a cada 10 pessoas

Com a pressão do trabalho diário na frente do computador, cada vez mais pessoas sofrem com a chamada *Síndrome da Visão do Usuário de Computador (Computer Vision Syndrome – CVS)*. O que, antes, parecia uma coisa eventual, hoje atinge cerca de 75% das pessoas que utilizam o micro, conforme pesquisa recente do Instituto Penido Burnier, de Campinas (SP). Significa dizer que sete entre 10 pessoas são afetadas pela CVS.

Se você acha que não sente problema algum, é bom começar a se cuidar para evitar os sintomas. Mas se você já sente os olhos ressecados, vista embaçada, certa sonolência e cansaço depois do trabalho, veja aqui como ajudar a resolver isso, que não deriva de nenhum fator físico propriamente - mas ao mesmo tempo precisa ser controlado, em nome da melhoria da sua qualidade de vida.

A pesquisa, que mostrou o percentual de pessoas com CVS, partiu de observações feitas nos últimos 15 anos a partir do quadro clínico de 1.200 pacientes do instituto. Conforme o coordenador desse trabalho, Leôncio Queiroz Neto, do total das pessoas ouvidas, 900 apresentaram fadiga visual causada pela sobrecarga de atividades em frente ao monitor, mas nenhum tipo de doença ligada à



visão. Ficou constatado, ainda, outro dado importante: o de que, além de incômodo, o problema pode causar queda de até 20% da produtividade das pessoas.

A CVS, como passou a ser chamada, acontece porque o tipo de esforço realizado pelo olho diante do computador é diferente do que é exigido quando uma pessoa lê, por exemplo, material impresso (um livro ou um relatório). No caso do computador, a imagem do monitor é formada por pixels (inúmeros pontos) que para serem visualizados necessitam que o olho humano foque a tela milhares de

vezes rapidamente – processo que não é percebido de forma consciente.

MUDANÇA COMPORTAMENTAL

Além disso, contribuem para agravar o quadro locais mal iluminados, posicionamento inadequado do monitor e o fato das pessoas passarem várias horas de frente para a tela. Motivo pelo qual fica mais fácil, segundo os oftalmologistas, resolver a questão sugerindo aos pacientes a adoção de novas regras diárias, como forma de melhorar suas atividades.

Uma destas mudanças, por exemplo, passa a ser o procedimento de cada um de ajustar a iluminação da sala onde trabalhe e também do monitor do micro. Também é de fundamental importância que cada um faça pausas durante o período em que se senta em frente ao computador para realizar determinada atividade (seja ler ou digitar um texto).

Outros procedimentos que ajudam a evitar ou amenizar a CVS são manter a tela sempre limpa, livre de pó e oleosidade (que embaçam a superfície do monitor), evitar usar o laptop no carro ou avião – já que a trepida-

ção altera as condições de leitura – e, por fim, colocar um suporte para textos impressos ao lado da tela, o que evita mudanças de distância e foco da leitura quando se consulta tal material.

Assim como a LER (Lesão por Esforço Repetitivo), a CVS é um mal provocado pela vida moderna, mas que pode ser evitado com cuidados básicos. Cabe tanto aos trabalhadores como também aos gestores das instituições, empresas e órgãos, oferecer aos servidores condições mínimas que permitam evitar esses problemas. Veja, aqui, pequenas dicas de como evitar a CVS:

CVS: COMO EVITAR OU CONTROLAR

Use um suporte	O uso de um suporte para textos impressos, ao lado da tela do computador, evita mudanças de distância e foco de leitura
Descanse os olhos	A cada hora de trabalho é necessário que se faça uma pausa a cada 10 minutos
<i>Evite usar laptop no carro ou no avião</i>	A trepidação altera as condições de leitura, prejudicando os reflexos da pessoa
Limpeza da tela é fundamental	Pó e oleosidade embaçam a superfície e prejudicam a visão, podendo levar à CVS
Cuidado com a iluminação	É importante que a iluminação do monitor seja regulada constantemente. Segundo os oftalmologistas, é importante aumentar o contraste e reduzir o brilho
Pisque, pisque e pisque	Parece brincadeira, mas os médicos aconselham as pessoas que trabalham com computador a piscar várias vezes ao dia
Colírio, sempre	Se a pessoa for usuária de lentes de contato, é bom usar colírio de lágrima artificial a cada duas horas
Iluminação	É super importante manter o ambiente de trabalho bastante iluminado (embora sem exageros), para que o computador não seja o único foco de luz nem a luz mais forte
Cuidado com reflexos e sombras	Devem ser evitados ao máximo. Por isso, é importante o cuidado de nunca se colocar o monitor de frente para alguma janela ou basculante (área próxima de claridade ou da luz do sol)
A posição também é importante	Faz-se necessário que cada computador tenha sua tela posicionada cerca de 55 cm a 60 cm dos olhos do usuário. Já o monitor, precisa ficar cerca de 10 cm abaixo dos olhos.

Fonte: Instituto Penido Burnier/ Campinas (SP)

Trabalho Escravo: vergonha no Brasil de hoje

Daniel Campos
Rostos humilhados. Rostos sofridos. Rostos abatidos de liberdades física e moral. Isolamento geográfico. Retenção de documentos e salários. Vigilância armada. Dívidas. Isso é apenas parte do cenário vivenciado por milhares de brasileiros, que mesmo depois da Lei

Áurea (13/05/1988), continuam escravos. Escravos?

Quando se fala em escravidão, o tema nos remete aos livros de História. Essa triste prática da humanidade extrapola não só os livros, mas a Lei Áurea e se transforma em uma realidade de carne e osso. Noventa e cinco anos depois

da morte da princesa Isabel, em 14 de novembro de 1921, a escravidão ainda faz vítimas no Brasil.

A primeira vista, são trabalhadores. Mas trabalhadores privados de sua liberdade, mantidos em condições degradantes de trabalho. E a dignidade, onde fica? Pro-

duto da desigualdade e da impunidade, a escravidão se tornou uma espécie de doença social que afeta tanto países pobres quanto desenvolvidos. Prostituição infantil, tráfico internacional de mulheres, tráfico de órgãos e exploração de imigrantes ilegais são alguns casos onde a escravidão se

faz presente, mas o índice de maior incidência no Brasil se refere à servidão por dívida.

O método usado para manter os trabalhadores em situação de escravidão é o mesmo desde o século 19: a caderneta de dívidas. Os trabalhadores já começam a trabalhar devendo transporte, roupas, alimentação e até mesmo o material de trabalho, que é descontado do salário que deveria ser pago. Com o passar dos meses, a dívida se torna impagável.

A situação ainda é mais grave porque a maioria dos trabalhadores sai de sua cidade para trabalhar e, conseqüentemente, perde a referência - muitas vezes não sabe nem em que cidade ou Estado está. Dos quase 18 mil trabalhadores libertados nos últimos 10 anos, 91,5% eram migrantes.

No Brasil, 80% do trabalho escravo estão concentrados no desmatamento e na pecuária. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que o número de pessoas submetidas ao trabalho escravo no país pode chegar a 25 mil. O último relatório da OIT, Trabalho Escravo no Brasil do Século 21 (setembro 2006), aponta o Estado do Pará como o campeão de casos e de denúncias de trabalho escravo. Os dados mostram que de 1995 a 2005 praticamente 50% das

denúncias de trabalho escravo no País foram feitas no Pará.

Embora a situação seja vergonhosa, o Brasil é reconhecido pela OIT como exemplo a ser seguido, posto que encara a escravidão de frente. E essa luta teve um salto nos últimos anos.

De 1995 a 2002, durante o governo FHC, foram libertadas da escravidão 5.893 pessoas em 175 operações de fiscalização que vistoriaram 816 fazendas. Nesse período, R\$ 3.515.193,00 em

de 2002 (a emenda constitucional que prevê o confisco de terras em que escravos sejam encontrados), o atual presidente lançou o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo ainda em 2003, que alia ações do governo e da sociedade civil.

Além de ser um problema grave por si só, a escravidão vem acompanhada de outros crimes, como desmatamento ilegal, grilagem de terras, assassinatos de trabalhadores rurais, sonegação fis-

aberta. Abaixo, um dos trechos da carta assinada por Luis Inácio Lula da Silva, datada de 1º de setembro de 2006:

“O trabalho escravo é uma das piores formas de violação dos direitos humanos, e quero reafirmar o compromisso de que o Programa Nacional de Erradicação dará prosseguimento à fiscalização intensa e sistemática desta prática perversa, ainda que residual, em todas as regiões do país. O nosso objeti-



No Brasil, 80% do trabalho escravo estão concentrados no desmatamento e na pecuária.

direitos trabalhistas foram pagos aos trabalhadores.

Já entre 2003 e julho de 2006, durante o governo Lula, 15.759 pessoas ganharam a liberdade em 276 operações de fiscalização que verificaram 751 fazendas. Nesses três anos e meio, os empregadores foram obrigados a pagar R\$ 21.880.318,46 aos recém-libertos.

Apesar de não ter conseguido aprovar a única proposta sobre o tema que constava em seu programa de governo

cal e previdenciária. Por exemplo: a OIT cruzou os dados do trabalho escravo com os de desmatamento e entre as 10 primeiras cidades na lista de trabalhadores libertados, apenas duas, da Bahia, não estão também na relação das que tiveram mais desmatamento.

Dessa forma, combater a escravidão é contribuir para o desenvolvimento social e para o fim da desigualdade. No período eleitoral, Lula reafirmou seu compromisso de mobilizar todo o governo pela erradicação do trabalho escravo em uma carta

vo é erradicar definitivamente o trabalho escravo no Brasil, com a punição severa aos infratores, propiciando o resgate da cidadania e da liberdade do trabalhador onde ainda houver exploração do trabalho escravo”.

Embora colocar esse tema na agenda nacional seja importante, discursos e cartas não irão erradicar o trabalho escravo. É preciso agir em ações que convirjam para uma nova Lei Áurea, de direito e de fato, baseada na justiça social. Faça a sua parte: denuncie.



ARTE QUE NÃO SE ENTREGA É ARTE QUE NÃO SE ESTRAGA

TT Catalão

MUSEU AFRO BRASIL - DOIS ANOS DE CULTURA VIVA NO MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA

No mês de Zumbi e da consciência negra, a diversidade brasileira é a marca desses dois anos de luta do Museu Afro Brasil no Parque do Ibirapuera em São Paulo. Com a exposição Viva Cultura Viva (aberta no dia 23 de outubro e que vai até 31 de março de 2007) o curador e criador do Museu, Emanuel Araújo, faz um corte na história da arte brasileira e oferece um apaixonante painel da mestiçagem a partir de quatro mostras: o Território Ocupado sobre o novo grafite de rua, o imaginário do povo, os Pontos de Cultura espalhados em todo o território nacional e um olhar sobre a arte brasileira. Acrescente-se ao magnífico acervo permanente em exposição baseado na cultura negra e na história dos povos afrodescendentes. A visão de Emanuel mostra que

a tradição é moderna e se mantém acima das modas e vanguardas pela forte seiva de autenticidade: arte que não se entrega, não se estraga. Intencionalmente reúne celebridades com anônimos, consagrados com contemporâneos. Fervem no mesmo fervor Di Cavalcanti, Aldemir Martins, Portinari, Krajcberg, Rubem Valentim, Mestre Didi, Canudos, Pelourinho, serão do Cariri, hip hop, samba de roda, reggae e cantos, comidas de santo, objetos milenares sagrados. Provocação explícita na posição de Emanuel: "só entraremos pela porta da frente no tal Primeiro Mundo pela diversidade".

"As exposições, montadas juntas e justapostas, comemoram a união entre as muitas linguagens das artes plásticas brasileiras, sem pretender fechar qualquer elo





Fotos: TT Catalão

fixo entre elas. O erudito e o popular convivem lado a lado, sem maiores explicações acadêmicas. O caos, uma vez eleito como vetor de organização, propõe ao espectador a função de criar seus próprios nexos de sentido, mantendo o povo brasileiro e suas culturas como base de uma complexa construção de identidade. Neste projeto, 'povo' deve ser compreendido em seu significado mais amplo, como patrimônio material e imaterial daqueles que ajudaram a construir a nossa identidade, sem exclusão", alerta o diretor do Museu e curador da mostra Emanuel Araújo.

Em Território Ocupado estão os grafiteiros Speto, Nunca, Ciro, Melim, Kboco e Onesto que apontam um conjunto de novas possibilidades expressivas para a cultura da imagem contemporânea. No olhar sobre a arte brasileira são consagrados alguns dos muitos artistas dessa chamada "arte erudita". Obras que movimentaram as Bienais Internacionais de São Paulo, fundando novas estéticas, como abstração informal ou concretismo, muitos dos quais circularam entre o desenho, a pintura, a gravura e a escultura com grande majestade, como Francisco Brennand, Nelson Leirner, Marcelo Grassmann, Carlos Scliar, Danilo di Prete, Vergara, Tomie Ohtake, Yolanda Mohalyi, Ivan Serpa, Arcangelo Ianelli, Antonio Maluf, Hércules Barsotti; outros que se firmaram por seus procedimentos de apropriação e reciclagem de material da natureza orgânica, entre eles, Franz Krajcberg e Ramiro Bernabó; e alguns ainda que não são "classificáveis", como

Bispo do Rosário ou Bragança. No Imaginário do Povo Brasileiro o vigor da criação impõe um olhar muito além da mera resistência, são obras fora do circuito, impulsivas e surpreendentes e acontecem sobre os conceitos da ancestralidade, dos arcaísmos e das permanências. A montagem do Museu é fortemente cenográfica e didática com intenções de contar uma história e não apenas exibi-la. Altares, conjuntos de obras e sets instigam o espectador a pensar no que vê e a se posicionar sobre os temas.

Os mais de 400 Pontos de Cultura do MinC se inserem aí como um processo recente e ainda em construção que dá uma resposta aliada da cidadania pela apropriação de novas tecnologias e criação de redes inusitadas (onde a sociedade média e urbana não consegue identificar este movimento popular subterrâneo em curso no país). Para o ministro Gilberto Gil "os Pontos de Cultura não redescobrem "brasis ocultos", e sim os revelam. Eles só estavam 'ocultos' para determinado público ou para uma parcela da mídia resistente ao que é realmente inovador".

"Misturo erudito e popular porque somos assim", finaliza o diretor e curador do Museu Afro Brasil, Emanuel Araújo. O Museu lançou o primeiro número da revista quadrimestral sobre a diversidade e prepara para 20 de novembro, dia de Zumbi e da consciência negra a celebração exorcista, o lançamento de uma réplica de um porão do navio negreiro como marca dessa infame passagem em nossa história que foi a escravidão.



Como o Estado pode pagar a dívida social com os afrodescendentes?

Não tem jeito. Passam-se os anos e falar em assuntos como cotas raciais para acesso dos negros às universidades, discriminação, racismo em maior ou menor grau sempre desembocam numa série de questões que levam à necessidade de um maior investimento na educação dos brasileiros a partir da ponta, novas políticas

de saúde pública e condições de emprego como fatores determinantes para a redução das desigualdades sociais.

Resquícios de uma dívida social que nunca foi paga em sua totalidade para com os afrodescendentes. Dívida esta que não há como negar.

Os números são prova latente disto: Conforme o Ins-

tituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 48% da população do país é formada por negros e pardos. Além disso, segundo o Radar Social (ver matéria nesta edição) a pobreza é duas vezes maior na população negra.

Muito ainda pode e precisa ser feito, mas a unanimidade dos servidores ouvidos ecoou

um clamor da sociedade de que – independentemente de se manifestar contra ou favorável a políticas públicas específicas para os negros - o maior investimento precisa ser feito na educação.

Para os entrevistados o problema precisa ser combatido a partir da raiz, e não com opções paliativas. A seguir, a enquete:



Lúcia de Fátima, técnica judiciária do STJ

A discriminação existe. A gente não percebe claramente, mas sabe que existe até hoje. Acho que o ideal seria o Estado investir na educação a partir da ponta (do ensino fundamental), da criança. Sou contra o sistema de cotas para universidades, pois se os negros saírem na frente dos demais devido ao sistema de cotas e ao chegarem lá não estiverem no mesmo nível cultural dos outros, a discriminação será ainda maior.



Marcos Vinícius Oliveira, técnico judiciário do TJDF

A dívida teria que ser paga por meio da educação, de um modo geral. O sistema de cotas é uma saída razoável, mas a mudança mesmo, passa é por investimento no ensino. Pelo que lemos na imprensa ou ouvimos contar, o preconceito contra os afrodescendentes é grande ainda, o que prova que os brasileiros precisam é de uma educação a partir da base. Aí será possível resolver este e vários outros problemas.



Aparecida do Carmo Santos, técnica judiciária do STJ

Existe mesmo essa grande dívida do Estado, mas não sou a favor de medidas como o sistema de cotas para acesso às universidades, que vejo como uma forma de fortalecer ainda mais a discriminação. A sociedade precisa é de mais emprego, mais educação e mais saúde para todos, o que seria uma forma de levar o Brasil a ter mais justiça social.



Marcelo Guedes Cardoso, técnico judiciário do TST

Existe racismo sim e concordo com o sistema de cotas, que objetiva justamente igualar as diferenças e permitir o acesso dos afrodescendentes ao ensino superior, equilibrando a competição entre ricos e pobres (sejam estes negros ou brancos). Ao meu ver, o Estado deveria melhorar o ensino médio e fundamental, aumentar o número de escolas nas periferias, dar mais oportunidade de socialização aos pobres e aos negros.



Joaquim Jacinto de Farias, técnico judiciário TRF – 1ª Região

Acredito que ainda exista racismo, só que tanto os negros quanto os brancos se auto discriminam. Não sou a favor do sistema de cotas. É uma medida do Estado contra a discriminação, mas não acho que seja começando a criar diferenças que vamos acabar com o racismo. O caminho fundamental para combater isso é dar mais oportunidade a todo mundo. O principal é o Estado oferecer educação para todos e mais oportunidade de trabalho e saúde para os brasileiros, de um modo geral. Enquanto o pobre e o preto continuarem tendo uma sub-vida, em função das condições sociais que possuem, o racismo também continuará.



George Vasconcelos, técnico judiciário do TJDF

O sistema de cotas é uma forma de se pagar essa dívida do estado com os negros, mas é preciso ter cuidado para que tenha um determinado período de validade, caso contrário passará a ajudar ainda mais a discriminação. O que o Estado precisa é providenciar, daqui por diante, melhoria de qualidade tanto no ensino básico como também no ensino fundamental, para fazer com que os brasileiros tenham as mesmas oportunidades e mesmo nível de conhecimento.



José Armando Silva, analista judiciário do TJDF

A gente sabe que os negros nunca tiveram muita oportunidade no Brasil. E a questão do preconceito racial é uma coisa que existe mesmo, até hoje. O sistema de cotas para acesso à universidade pública é, ao meu ver, um primeiro passo para que qualquer governo possa recuperar a questão da falta de oportunidades junto a estas pessoas. Mas o que é preciso realmente é melhorar as oportunidades de emprego, de um modo geral.



Walquíria Braga, analista judiciária do TST

Não creio que o governo tenha dívidas com os afrodescendentes. Mas sei que o sistema foi mais injusto para os afrodescendentes que após a “abolição da escravidão” tiveram que começar do nada, pois “nada” foi o que os nossos antepassados libertos tiveram. Se eu pensar em termos de dívida, essa não tem preço. Então eu penso em termos de igualdade: somos iguais perante a lei. Assim, eu entendo que deveria o governo investir em educação com qualidade para todos, para que o ensino fundamental passasse a preparar cada criança para que não existisse concorrência nas universidades de forma diferenciada, que existissem cursos profissionalizantes acessíveis a todos. Existe, sim, ainda em algumas mentalidades, o racismo, contra o diferente. Podemos ver racismo contra negro, judeu, homossexual, portador de síndrome de “down”, entre outros. O importante é sabermos superar a atitude racista, quando houver, denunciando. E sabermos que temos todos os direitos e as obrigações, que o mundo é nosso, e que podemos ir para onde quisermos.



Messias Salatiel Ramos, técnico judiciário do TST

Houve uma melhora em relação ao racismo. Nos últimos anos, a convivência entre as pessoas é muito integrada, quase nunca separatista. O sistema de cotas é uma medida boa, mas em tese, porque funciona como um paliativo, não ajuda a solucionar o problema. O tratamento de base deveria ser feito desde o ensino fundamental, como solução para combater o racismo pela raiz no Brasil.



Luíza Moraes, técnica judiciária do TJDF

Sou contra o sistema de cotas. Eu, por exemplo, eduquei dois filhos negros que hoje são formados - um economista e um advogado - e no entanto não precisaram de cotas para estudar. A cota, em si, já é uma discriminação. O Estado deveria é abrir mais o leque de oportunidades para todos, porque oportunidade de emprego para a juventude, de um modo geral, é uma dificuldade, independentemente da pessoa ser negra ou branca.



Edivan dos Santos, técnica judiciária do TRE-DF

Acho que o sistema de cotas é o começo do pagamento dessa dívida social do Estado, que é certa e devida, mas corresponde apenas à ponta do iceberg desse pagamento. A dívida do Estado deve ser ampliada com a abertura de campo de trabalho para os afrodescendentes, pois eles têm sido muito preteridos pela sua herança genética ao longo dos anos. E o preconceito que existe contra eles precisa ser debatido abertamente na sociedade para que possa diminuir.



Cledo Vieira, analista judiciário do TRT-DF

A questão das cotas é algo importante para reduzir a dívida do Estado, porque a discriminação contra os afrodescendentes é grande e o negro realmente tem menos oportunidades que os brancos. Pode avaliar locais como Shopping Centers e Bancos por exemplo, onde é fácil perceber que há poucos negros trabalhando. E se levarmos em conta posições mais qualificadas, como os cargos de gerente ou caixa, a presença dos negros se torna ainda mais escassa.

O Apagão do Planeta Terra

Alerta vermelho. Depois de vários anos sob a luz amarela das previsões ambientalistas, o planeta Terra dá um ultimato aos seus habitantes. Tudo isso porque o último relatório do Fundo Mundial para a Natureza (WWF) atestou que o homem está consumindo 25% a mais de recursos naturais a cada ano do que o planeta é capaz de repor. Se nada for feito, contabilizando os crescimentos populacional, econômico e tecnológico, em 2050 serão necessárias duas Terras para suprir a demanda da humanidade.

Se a tendência não for controlada imediatamente, em menos de cinquenta anos os seres humanos estarão consumindo até 220% da capacidade biológica da Terra, o que levaria o planeta a um colapso. O relatório "Planeta Vivo 2006", divulgado a cada dois anos pelo WWF, é o aviso de que estamos à beira de um "apagão" do planeta Terra.

Exagero? Profecia? Não... Apenas a nua realidade. Nos últimos 33 anos, as populações de animais sofreram reduções acima de 30% em todo o planeta. Essa onda de consumo causa um declínio considerável das populações de espécies de animais, em razão da degradação ou completa destruição de seus habitats.

QUEM SÃO OS MAIORES VILÕES?

Os países que encabeçam a lista dos mais consumidores são Emirados Árabes Unidos, EUA, Finlândia, Canadá, Estônia, Suécia, Nova Zelândia e a Noruega. Apesar de estar entre as quinze maiores economias mundiais, o consumo médio *per capita* dos brasileiros coloca o país na 58ª posição desse ranking predatório. A China encontra-se num patamar intermediário (em 69º lugar), mas o rápido crescimento econômico indica um papel central na manutenção de um caminho para a sustentabilidade.

Os especialistas analisaram dados referentes a 695 espécies terrestres, 274 marinhas e 344 de água doce. Em média, as populações de espécies terrestres caíram 30% nestes 33 anos, mas a queda foi muito mais acentuada nas regiões tropicais - onde chegou a 55% - do que nas temperadas.

Entre as espécies marinhas, a redução registrada entre 1970 e 2003 foi de 25%. O relatório chama a atenção para a grande destruição de manguezais - um terço de área global foi perdido entre 1980 e 2000 - regiões muito importantes para a reprodução dos animais. Em apenas dez anos, metade dos manguezais da América Latina foi destruída (2 milhões de hectares). Entre as espécies de água doce, a redução populacional foi de 30% globalmente. De acordo com o relatório do WWF, estima-se que de 15% a 35% das captações para irrigação no mundo não sejam sustentáveis.

QUAL A SAÍDA?

Ambientalistas e amantes da natureza convergem para um mesmo ponto: precisamos de uma nova ética mundial baseada no respeito a todos os seres-vivos. Ao buscar o equilíbrio entre consumo humano e regeneração do planeta, a humanidade precisa evoluir rumo ao desenvolvimento sustentável, investindo em eficiência e ampliando a diversidade de fontes renováveis não-convencionais, como é o caso do biodiesel no Brasil. Além de ações alardeadas como evitar o desmatamento, é preciso investir em educação, saúde e inclusão social - política e econômica.

Só um conjunto de ações, que contemplem o nosso planeta como um todo, pode apagar a luz vermelha que se acendeu, definitivamente, depois da divulgação do relatório da WWF. O que você vai fazer para contribuir?

MAIS SIMPLES, DIRETA E EFICIENTE

Uma nova linguagem jurídica

A ministra Ellen Gracie, presidente do STF, propôs a elaboração de normas técnicas para a advocacia



A tendência da magistratura brasileira tem sido simplificar ao máximo a linguagem jurídica para aproximar a Justiça da população leiga.

Cristina Lima

Citações de cunho religioso, filosófico e até ininteligíveis são lugar-comum entre as milhares de petições que circulam pelos tribunais do país. Cada texto tem uma linguagem própria, com subjetivismos variados, letras diferentes, fontes diferentes e espaçamentos sem padrão. No mundo jurídico, encontra-se de tudo. O que é direito e preconizado para garantir a liberdade de expressão dos advogados acaba provocando lentidão no Judiciário. Magistrados começam a se mobilizar para

simplificar a linguagem jurídica, seja em termos semânticos ou técnicas de elaboração do processo.

No ano passado, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) lançou a "Campanha pela Simplificação da Linguagem Jurídica". Este ano, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, sugeriu, durante o encontro do Conselho Federal da Ordem da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a elaboração de normas técnicas para a advocacia, a exemplo do que já existe em relação à Associação Brasileira de Norma Técnicas

(ABNT) - órgão responsável pela normalização técnica do país.

A idéia da magistrada é formatar regras básicas para a padronização de peças jurídicas, simplificando o dia-a-dia dos advogados e facilitando o trabalho dos juizes. Os magistrados gastam muito tempo debruçados em pilhas de processos e, muitas vezes, poderiam economizar leitura. Detalhes da proposta da magistrada foram publicadas no site Consultor Jurídico,

Ellen Gracie entende que alguns itens escritos nas peças processuais atrapalham e acabam

provocando demora na análise dos processos, como a falta de parágrafos, mescla exagerada de fontes e formatações e citações de cunho religioso que fogem da abordagem da petição.

A presidente do STF sugeriu à OAB a elaboração de algumas regras para dar maior homogeneidade ao trabalho dos advogados, como o espaçamento de 1,5 entre as linhas da petição e a fonte *Times New Roman* em tamanho 14. Outro ponto que contribui para facilitar a leitura e a visibilidade dos números dos protocolos registrados pelos tribunais é deixar margens de 5cm à esquerda, 2 cm à direita, 4cm acima e 2,5 abaixo.

As opiniões divergem quando o assunto é liberdade de expressão do advogado. Ninguém quer perder o direito de expor os pensamentos e sentimentos numa ação. Ainda que o juiz analise os processos de forma técnica, advogados costumam se valer de citações e trechos de livros para expor melhor o que quer dizer ou defender.

Mas os abusos e excessos estão em toda parte. Trecho do livro "O Judiciário ao Alcance de Todos", da AMB, traz o seguinte trecho de uma petição: "Diagnosticada a mazela, põe-se a querela a avocar o poliglotismo.. A solvência, a nosso sentir, divorcia-se de qualquer iniciativa legiferante. Viceja na dialética meditabunda, ao inverso da almejada simplicidade teleológica, semiótica e sintática, a rabulegência tautológica, transfigurada em plurilingüismo ululante indecifrável. Na esteira trilhada, somam-se aberrantes neologismos insculpidos por arremedos do insigne Guimarães Rosa, espalmados com o latinismo vituperante". Pouco se consegue extrair do texto.

A tendência da magistratura brasileira tem sido simplificar a o máximo a linguagem jurídica para aproximar a Justiça da população leiga no assunto. De que adianta um juiz do Tribunal do Júri, por exemplo, proferir uma sentença sem que o réu entenda o que ele quer dizer?

VOCABULÁRIO MAIS SIMPLES

"Diante do exposto e mais do

que dos autos contam, resolvo, como resolvido tenho, que encaminhem o acusado ao ergástulo público", diz trecho de uma sentença. O acusado sentado no banco dos réus fica sem saber se foi condenado ou se irá para a prisão. É o típico caso do abuso do jurisdiquês – vocabulário técnico usado do mundo jurídico.

A campanha da AMB tem como principal objetivo sensibilizar magistrados, promotores, advogados e os demais profissionais do Direito sobre a importância de se utilizar um vocabulário mais simples, direto e objetivo, com o intuito de aproximar a sociedade da justiça brasileira e da prestação jurisdicional. Há dois anos o Ibope realizou uma pesquisa para a AMB e revelou que a população vê o judiciário como uma instituição pouco acessível. Um dos motivos é a maneira de falar e escrever dos profissionais do Direito.

O advogado e professor de Processo Penal do Unicep Cleber Lopes considera importante a preocupação da ministra, desde que as normas não interfiram no conteúdo. Ele salientou que não conhece o conteúdo de todas as propostas de Ellen Gracie, mas comenta em tese o assunto. "É salutar padronizar os textos porque defendo toda e qualquer medida que tenha o objetivo de acelerar o serviço", afirmou.

Para Lopes, a preocupação dos advogados que temem a padronização é a possibilidade de se atingir a capacidade de argumentação da defesa.

Cleber Lopes entende que há casos em que a postulação deve ser sucinta. "Mas o Direito não é algo exato, mas sim algo que se movimenta.. Temos de dar tratamento aos textos de acordo com cada circunstância", avaliou. Em geral, o professor entende que as normas técnicas "são saudáveis".

CITAÇÕES E TRANSCRIÇÕES

Para a presidente da OAB/DF, Estefânia Viveiros, as recomendações feitas pela ministra são extremamente pertinentes. Segundo ela, em razão do acú-

mulo do trabalho do Judiciário, é importante que a petição seja o menos complexa possível. Estefânia defende que as margens sejam padronizadas e o número de citações e transcrições, diminuído. "Embora pareça um pequeno detalhe, isso reflete no resultado do trabalho do juiz", afirmou.

A presidente da Associação dos Magistrados do DF (Amagis/DF), juíza Maria Isabel da Silva, não tem opinião formada sobre o assunto por não conhecer ainda as propostas da ministra, mas entende que algumas medidas precisam ser feitas para evitar o excesso de burocratização nos procedimentos dos cartórios.

O estudante do 2º semestre de Direito de uma faculdade particular, Rodrigo Santos, ainda não lida com a linguagem do mundo jurídico, mas percebe durante as aulas a tendência dos professores em carregar e rebuscar no vocabulário.

Para o aluno, citações no início ou final de petições em nada influem na decisão do juiz que analisa o caso. "Acho que no máximo servem para explicar melhor o que ele quis dizer no pedido", opinou. Quanto à proposta de normatiza-

ção das petições, ele entende que o formalismo servirá para disciplinar a utilização dos textos.

Alberto Lima, estudante do 10º semestre de uma faculdade particular, achou a proposta interessante. Para ele, o que acontece é que não há padronização dessas peças. Fica a critério de cada advogado, de cada escritório de advocacia, elaborar padrões. "Ou seja, tudo acaba muito confuso. Se a Presidência da República, por exemplo, tem manual de redação que norteia todos os expedientes da administração federal, por que, então, Judiciário e OAB não se juntam para fazer um igual?", questionou.

No entendimento do estudante, a adoção de um padrão técnico daria mais clareza às peças e ajudaria, até mesmo, a dar celeridade ao andamento dos processos, uma vez que quanto mais nítido o conjunto, mais rápido se identifica a sua destinação. "Isso, por fim, acabaria com excessos de formatações nas peças, que só prejudicam o bom andamento processual", destacou Alberto Lima.

Trecho de uma petição apresentada no livro "O Judiciário ao Alcance de Todos", da AMB

Diagnosticada a mazela, põe-se a querela a avocar o poliglotismo.. A solvência, a nosso sentir, divorcia-se de qualquer iniciativa legiferante. Viceja na dialética meditabunda, ao inverso da almejada simplicidade teleológica, semiótica e sintática, a rabulegência tautológica, transfigurada em plurilingüismo ululante indecifrável. Na esteira trilhada, somam-se aberrantes neologismos insculpidos por arremedos do insigne Guimarães Rosa, espalmados com o latinismo vituperante"

Pobreza tem cor e endereço

Hylda Cavalcanti

O que todo mundo já sabia por meio de dados antigos ou achava pela mera interpretação dos fatos, agora tem confirmação real e atualíssima: No Brasil, a pobreza tem cor. O Radar Social, estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que avalia diversas estatísticas oficiais da sociedade brasileira a cada ano, apresentou no início do mês as constatações referentes ao ano de 2004.

De acordo com o trabalho, apesar de entre 2001 e 2004 a pobreza ter sido reduzida de maneira semelhante tanto entre os brancos quanto entre os negros, a proporção de negros em situação de pobreza (os que vivem com renda inferior a meio salário mínimo) continua sendo duas vezes superior à de brancos no país. Para se ter uma idéia, em 2004, 19,6% da população branca podia ser considerada pobre.

Já dentre o total de negros brasileiros, os pobres representavam 41,7%. Conforme os dados do Radar Social, essa desigualdade se mantém semelhante em todos os estados. O cruzamento das informações do país compro-

vou, ainda, que apesar de alarmantes, os números mostram uma redução das desigualdades sociais em vários aspectos entre 2003 e 2004.

Em 2003, ano da elaboração do penúltimo Radar, do total de negros no Brasil, 44,1% viviam em domicílios com renda *per capita* menor que meio salário mínimo. Já do total de brancos, o percentual observado era bem menor: de 20,5%. O que levou à comprovação de que aqui, em pleno século 21, o negro tem duas vezes mais probabilidade de aparecer no estrato mais pobre da população que um branco. Na opinião dos responsáveis pelo trabalho, os números continuam assustadores e chamando a necessidade para a implementação de novas políticas públicas, mas só pelo fato de apresentarem percentuais reduzidos já podem ser considerados um avanço, embora pequeno.

Em relação ao número total de indigentes no país, por exemplo, o Radar Social enfatiza que apesar de em 2004 serem 19,8 milhões de pessoas (11,3% da população brasileira), em 2003 o número era quase cinco milhões maior (de 24,6 milhões de pessoas (14,3% do total do país)). Já entre os pobres, a redução é semelhan-

te. Antes, 33,9% do total da população brasileira se enquadrava na condição de indigência. Em 2004, o percentual passou a ser de 30,1%. Mesmo assim, essa é a situação vivida por 58,4 milhões de brasileiros.

Na avaliação dos pesquisadores, contribuíram para a redução a evolução da economia brasileira – “que se não ajudou propriamente o rendimento dos domicílios mais ricos do país, pelo menos colaborou de alguma forma com o dos mais pobres”, afirmam os responsáveis pelo documento. Outros fatores que ajudaram a reduzir tais índices de pobreza e indigência foram benefícios previdenciários e os programas assistenciais, sobretudo o Bolsa Família.

NORDESTE CONTINUA A REGIÃO MAIS POBRE

A pobreza, no Brasil também tem endereço certo: o Nordeste. Dos dez estados com menor rendimento domiciliar, oito estão na região. São estes, Alagoas, Maranhã, Piauí, Ceará, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Os outros dois estão na Região Norte (Roraima

TABELA 2
Proporção da população em situação de pobreza 2001 a 2004 – Brasil e regiões

	2001	2002	2003	2004	Var 2001-2004 em pontos percentuais
Brasil	33,3	33,0	33,9	30,1	-3,2
Nordeste	57,2	57,1	58,2	53,7	-3,5
Norte	40,8	42,7	43,9	36,9	-3,9
Centro-Oeste	28,4	27,7	29,2	23,3	-5,1
Sudeste	21,4	21,1	22,2	19,3	-2,1
Sul	21,4	20,1	19,8	16,9	-4,5

Fonte: Elaboração Disoc/Ipea a partir de Pnad/IBGE

TABELA 3
Nº pobres - 2001 a 2004 – Brasil e regiões

	2001	2002	2003	2004	Var 2001-2004 em números absolutos
Brasil	55.596.310	56.005.917	58.401.994	52.458.197	-3.138.113
Nordeste	27.367.624	27.709.199	28.588.783	26.583.532	-784.092
Sudeste	15.405.015	15.443.389	16.500.146	14.453.260	-951.755
Sul	5.437.889	5.169.671	5.149.500	4.461.443	-976.446
Norte	3.991.071	4.315.144	4.550.518	3.997.787	6.716
Centro-Oeste	3.394.711	3.368.514	3.613.047	2.962.175	-432.536

Fonte: Elaboração Disoc/Ipea a partir de Pnad/IBGE

e Amapá). Já dentre os dez estados com maior rendimento da população estão espalhados pelo Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

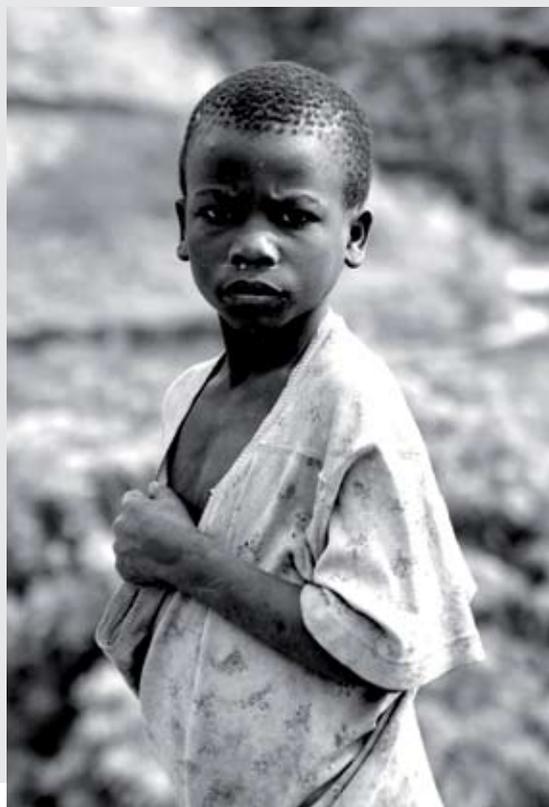
Outro problema brasileiro destacado no trabalho é o analfabetismo, que insiste em assolar vários estados. Mesmo com a implementação de vários programas ao longo dos anos ainda somos um país com 14,6 milhões de analfabetos (cerca de 11,2% da população em 2004). Os pesquisadores chegaram à conclusão de que a incidência de analfabetismo na área rural atinge 26,2% da população com idade entre 15 anos ou mais. Essa proporção é cinco vezes a da área urbana metropolitana.

Novamente, aparece o Nordeste como endereço principal: são os estados da região os que apresentam maior concentração de analfabetos na área rural. Sem falar que a taxa de analfabetismo dos estados nordestinos é três vezes superior à dos estados da Região Sul.

Apesar disso, a escolaridade média da população vem crescendo lentamente (cerca de 6,8 anos em 2004, quando em 2001 era de 6,4 anos). É uma boa notícia, mas o Brasil ainda não conseguiu chegar ao nível de escolaridade obrigatória no país, com exceção dos residentes das áreas urbanas metropolitanas, que desde 2003 apresentam média de oito anos de estudo.

Na opinião dos responsáveis pelo estudo, esse ritmo lento de avanço na média

de anos de estudo dos brasileiros é influenciado pela persistência de taxas ainda elevadas tanto de reprovação como também de evasão escolar. No que pese a quase universalização do acesso à escola por parte de crianças com idade entre 7 e 14 anos, 43% delas não conseguem concluir a 8ª série do ensino fundamental na idade adequada.



POLÍTICAS PÚBLICAS

Os novos dados do Radar apresentados revelam algo a se pensar e a ser avaliado para a formulação de novas políticas públicas, já que o objetivo do trabalho é, além de ampliar o conhecimento e o acesso da sociedade, fornecer informações relevantes para a participação dessa mesma sociedade na concepção, implementação e avaliação de novos programas.

“É mais um instrumento para verificação das nossas condições e dos percentuais ano a ano, como forma de consertar erros e combater os problemas a partir da base”, avalia o economista Antonio Carlos Lontra, pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco e autor de um trabalho semelhante realizado no âmbito do seu estado, anos atrás.

Vale a pena destacar, portanto, o aviso do representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) no Brasil, Carlos Lopes. Segundo ele, apesar do Radar ser uma ferramenta para “iniciativas voltadas à eliminação da fome, da pobreza e da desigualdade”, é fundamental, também, lembrar que iniciativas isoladas não obterão sucesso no combate a estas mazelas. “É necessário que a grande rede de atores, no governo e na sociedade civil, assumam a tarefa de combater a exclusão social”, alertou.

Retirem as tartarugas das árvores

Estamos caminhando, cada vez mais rápido, para um mundo institucional onde não encontraremos mais tartarugas em árvores! Tartarugas em árvores? – Você pode perguntar...

Sim, tartarugas em árvores. Como você bem estranhou, tartarugas não sobem em árvores – alguém precisa colocá-las lá.

Em um mundo baseado em Q.I. (quem indica), encontramos muitas tartarugas em árvores, pessoas que, desprovidas de competência e pertinência para o exercício de uma função, a ocupam por favoritismo pessoal e tráfico de influência. Aposentados, requisitados ou diretores, que, em cargos de chefia, ultrapassam o mandato do presidente da Corte, são tartarugas em árvores. Felizmente, com o aumento exponencial do esclarecimento coletivo, fica cada vez mais difícil manter estas tartarugas em árvores. Já temos menos delas hoje que no passado, e as remanescentes, cedo ou tarde, terão que descer! O pior efeito é quando elas permanecem muito tempo nas árvores, já se julgam donas das árvores, e passam a usar sapatos altos e olhar com desdém para as tartaruginhas que andam no solo. Com isso, destroem todo o ambiente de confiança, orgulho e camaradagem que deveria existir em garantia do bom clima organizacional da instituição. Utilizam-se da intimidação, implantam o psicoterror, para garantir o silêncio que as perpetuarão no cargo.

A meritocracia não veio pelos meios éticos que muitos de

nós esperávamos, mas vem sendo introduzida à custa da busca incessante por resultados. Com isso ganhamos todos. Todos? Sim, todos, porque os que perdem seu conforto, antes patrocinado apenas pela conveniência e politicagem, também ganham. Ganham a possibilidade de encarar a vida de frente, sair de uma zona de conforto que camufla suas fraquezas e incompetências e as encaminham para um diálogo franco com a vida. Afinal, não estamos aqui a passeio! Conforto não é sinônimo de harmonia, assim como prazer não é sinônimo de felicidade. Sem desconfortos e desprazeres, estaríamos fortemente condicionados à estagnação. Vida é desafio, é mudança, é conquista e, sobretudo, é um diálogo franco e direto com a realidade.

Algumas ilusões se desfazem, outras se constroem, mas é fundamental que a cada fase estejamos um pouco mais maduros – o que equivale dizer – independentes. Não há nada de mal na ilusão

ou no prazer, o único engano constitui-se em nos apegarmos a eles como se fossem a vida como um todo. É preciso que as tartarugas desçam das árvores para que os pássaros possam ocupar seus lugares. Estes terão sua merecida oportunidade. Aquelas, a possibilidade de encontrar seu caminho e verdadeiro habitat diante da vida.

Democracia pressupõe a retirada das tartarugas das árvores e a troca dos pássaros de tempos

em tempos. Ou será que ainda estamos na ditadura?

Adaptação feita por servidor do Judiciário, filiado ao Sindjus/DF, de artigo de Carlos Hilsdorf - consultor, conferencista, economista, pós-graduado em Marketing e pesquisador do comportamento humano, publicado no site

www.carloshilsdorf.com.br

O nome do autor foi omitido a pedido do próprio.





NOVA ETAPA DE LUTA PELO PCS: META É APROVAR OS PLNs 11/06 e 12/06

Depois da aprovação dos dois projetos de PCS – do Judiciário e do MPU – a luta da categoria, agora, é para votar os PLNs 11/06 e 12/06 que permitirão o crédito para a implementação de tais planos. Somente após a aprovação dos PLNs é que os PCS serão submetidos a sanção presidencial.

Os coordenadores do Sindjus têm acompanhado de perto a movimentação da Câmara e do Senado, nas últimas semanas, e atuado junto às

lideranças parlamentares sobre a importância do texto, no intuito de conseguir aprová-lo rapidamente. Mas esse trabalho será ainda mais intenso a partir dos próximos dias.

O Sindjus está convocando os servidores para uma visita ao Congresso, numa grande mobilização que objetiva conseguir a sanção dos dois PCSs.

Segundo o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, o sindicato trabalha em duas frentes. Em primeiro

lugar, mantendo entendimentos com deputados e senadores para garantir quorum nas sessões extraordinárias. E, em paralelo, tentando convencer o deputado Ricardo Barros (PP - PR) a apoiar a aprovação dos PLNs.

É que Barros impediu a realização da sessão prevista para acontecer no último dia 06/11. A estratégia do deputado foi uma forma de pressionar para que outras medidas de seu interesse também fossem incluídas na pauta – o

que terminou prejudicando os servidores do Judiciário e do MPU. Por conta disso, o Sindjus pede a ajuda da categoria, para que encaminhem e-mails ao deputado.

Fiquem, portanto, atentos ao chamado do sindicato. Vamos dar continuidade à luta. Falta pouco para conseguirmos a vitória final, mas a participação de todos é fundamental nestes dias que faltam para a conquista dos PCSs do Judiciário e do MPU.

EM TEMPO: O E-MAIL DO DEPUTADO RICARDO BARROS É: dep.ricardobarros@camara.gov.br

QUERO UM AMOR MAIOR

JOTA QUEST NA FESTA DE FINAL DE ANO DO SINDJUS

“Eu quero ficar só, mas comigo só eu não consigo/ eu quero ficar junto, mas sozinho só não é possível/ é preciso amar direito, um amor de qualquer jeito/ ser amor de dentro para fora, amor que eu desconheço/ quero um amor maior, amor maior que eu” (...).

Quem nunca viveu um amor maior ao menos já o sonhou um dia. E são tantos sonhos, e são tantos amores, alguns deles maiores, nessa caminhada de mais de quinze anos de Jota Quest. Tudo começou em 1993, quando o grupo mineiro começou a se formar, com Paulo Diniz no baixo e Paulo Fonseca na bateria. Depois chegaram Márcio Buzelin, nos teclados, e o guitarrista Marco Túlio. Por último, o vocalista Rogério Flausino foi escolhido depois de ser aprovado no teste feito com 13 vocalistas.

Até gravar seu primeiro disco, o grupo passou dois anos se apresentando na noite de Belo Horizonte, em festas de calouros, nas faculdades e abrindo shows para grupos mineiros, como o Skank. Mas para divulgar os shows, a banda precisava ter um nome. Surgiu a ideia de homenagear o personagem de desenho animado Johnny Quest. Mas o nome ficava grande demais para o espaço do cartaz. A solução foi abreviá-lo para J. Quest. Em 1998, o grupo mudou o nome para a grafia atual, Jota Quest.

Mas ainda não chegamos a 1998. Estamos em 1995, ano em que o grupo mineiro lança seu primeiro disco, por selo independente e pago com os shows realizados nas faculdades. Shows que reuniam até duas mil pessoas. O disco saiu com apenas mil cópias prensadas, e logo em seguida foi contratado pela Sony, que lançou o disco oficial do grupo em 1996.

Inspirados na black music, a capa do álbum de estréia trouxe os “mineirinhos” com visual dos anos 70, com direito às enormes perucas black. O visual aliado ao som proporcionou sucesso de público e mídia. Não demorou muito para estourarem em todo o Brasil os versos “E eu vou esquecer de tudo/ as dores do mundo/ não quero saber quem fui, mas de quem sou/ eu vou esquecer de tudo/ as dores do mundo/ só quero saber do seu/ do nosso amor”.

Hoje, são seis CDs, milhares de shows, trilha sonora do filme Homem Aranha 2, apresentações nos EUA e na Europa, com participação no Rock in Rio Lisboa.

“Quest”, em inglês, quer dizer busca, procura. E ao longo desses anos, o Jota Quest tem buscado dias melhores para todos por meio da música. “Vivemos esperando dias melhores/ dias de paz, dias a mais/ dias que não deixaremos para trás”.

Como faz tradicionalmente, o Sindjus realiza uma enquete para escolher o show que animará sua festa de final de ano. O fato novo desse ano foi à realização de uma espécie de segundo turno. Na primeira lista, com 10 nomes, o vencedor foi o pantaneiro Almir Sater.

Pouco depois da escolha do violeiro, a diretoria do Sindicato recebeu uma ligação do empresário da banda Jota Quest, avisando que a agenda do grupo mineiro estava liberada para a data do dia 8. Em razão da banda ter sido uma das mais pedidas nas consultas prévias, a direção do Sindjus, seguindo seu estilo democrático, resolveu fazer uma nova enquete.

A disputa começou acirrada, mas depois os mineiros dispararam. Às 17h do dia 9 de outubro, banda Jota Quest foi escolhida com 74% dos votos.

Para fazer valer a sua escolha, no dia 8 de dezembro, o Sindjus vai preparar uma festa especialíssima para comemorar mais um ano de conquistas e de lutas ao seu lado. Uma festa regada a Jota Quest.

CONHEÇA A BANDA

Vocalista: Rogério de Oliveira. Nasceu em 25 de abril de 1972, em Alfenas. Conhecido como Rogério Flausino, adotou o sobrenome do seu avô materno que era cantor. Antes de ser músico era analista de sistemas.

Guitarrista: Marco Túlio Lara. Nascido em 12 de maio de 1971, também em Minas Gerais, é conhecido como Tatu.

Baixista: Paulo Roberto Diniz Júnior, o PJ. Nascido em Curvelo, (dia 28 de outubro de 1968), é formado em engenharia.

Tecladista: Marcio Túlio Marques Buzelin. Nascido em 04 de agosto de 1970 em Belo Horizonte. Conhecido como Marcio Buzelin.

Baterista: Paulo Alexandre Amado Fonseca. Conhecido como Paulinho Fonseca. O baterista do Jota Quest nasceu no dia 26 de junho de 1966, em Belo Horizonte. Assim como PJ, trocou a engenharia pela música.



SINDJUS-DF

